



## A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A DITADURA MILITAR: MARCAS DA REPRESSÃO NO 1º E NO 2º GRAU

Murilo Rebecchi<sup>1</sup>

### RESUMO

A educação brasileira passou por diversas transformações em suas diretrizes político-ideológicas, acompanhando as mudanças macrossociais e político-governamentais. Antes da ditadura militar que atuou no Brasil entre 1964 e 1985, a experiência educacional brasileira estava pautada nas diretrizes dos governos populistas, todos os programas, projetos e diretrizes embasadas em ideais progressistas e liberais foram interrompidos pelos mecanismos criados pelo regime militar ainda na década de 1960, mecanismos como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) que antes mesmo do início da ditadura militar já pautava em seus debates os processos educacionais no Brasil. Os debates conduziram a um princípio que conhecemos por Capital Humano<sup>2</sup>. Embora neste período a educação brasileira não sofreu muitas rupturas, ela moveu-se a partir de importantes transformações: Nestes sentidos destacamos aqui três importantes aspectos que marcaram a educação durante a ditadura militar: O Controle, a Censura e a Repressão. Os dois primeiros aspectos configuraram-se por exemplo pela eliminação de algumas disciplinas, vistas como subversivas. Já o terceiro aspecto se deu pela proibição da circulação de determinados textos e produções acadêmicas no Brasil.

**Palavras-chave:** Transformações; Processo educacional; Ditadura Militar.

### 1. INTRODUÇÃO

A Reforma na Educação de 1º e 2º graus durante a Ditadura Militar, quanto as suas transformações para compreensão ao papel social da escola no respectivo período e de modo a contribuir para a análise da Educação Brasileira durante a Ditadura Militar.

Atualmente a educação básica constitui-se como direito de todos e dever do Estado e da Família conforme artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e formada

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (2014); Especialista em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2015); Graduado em História pela Universidade Paranaense (2008); Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2015); Professor da Rede Pública Estadual do Paraná desde 2012; Tutor Presenciais de cursos na modalidade educação a Distância desde 2010 vinculado ao Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual de Maringá; Atua como Docente no ensino superior desde 2018.

<sup>2</sup> O Conceito de Capital Humano indicava que os processos educacionais deveriam acontecer voltados principalmente para a formação da mão-de-obra produtiva, imaginando a escola enquanto uma linha de produção que deveria preparar força de trabalho que por sua vez deverá gerar lucro para o capital produtivo.



segundo a Lei nº 9394/96, pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em uma perspectiva laica, o que é resultado de um longo processo histórico. E a cinquenta anos atrás, quando da instauração da ditadura, como caminhava a educação básica, será que havia equidade no acesso, igualdade de condições e permanência, é o que pretendemos compreender nesse estudo, a partir da análise as políticas educativas do período.

Em regimes doutrinários, como o instaurado entre os anos de 1964 á 1985, é típico do movimento tentar mudar a ideologia vigente, e a educação nesse sentido, como espaço de educação formal e objeto social para atender as suas necessidades, teve como finalidade ser usado como objeto para a doutrinação.

Várias foram ás reformas nos diferentes níveis no âmbito educacional brasileiro, nesse sentido as políticas implementadas não foram orgânicas, e modificaram o ensino de 1º grau e 2º grau, assim como os programas e projetos educacionais diversos no respectivo nível.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa as políticas educacionais instauradas durante o período pelo regime militar no ensino de 1º e 2º grau, na caracterização as marcas de repressão moral, política e ideológica desse processo, quanto a finalidade do governo militar frente às mesmas e quais as posições sociais dos diferentes agentes históricos diante destas mudanças, pois a história é construída por todos e mesmo em um ambiente repressivo, as camadas sociais são influenciadoras das decisões.

## **2. METODOLOGIA:**

A metodologia deste estudo se caracteriza pela pesquisa bibliográfica e documental, com análise a temática a partir do estudo das políticas de reforma da educação básica durante a Ditadura, com a posterior fundamentação teórica de estudiosos sobre o tema, tais como MOREIRA (1999), MOYSES (1985), MONROE (1993) e ARANHA (2006), que permitam analisar e caracterizar a educação no período repressivo.



### 3. A DITADURA MILITAR NO BRASIL E A EDUCAÇÃO

O Brasil República Populista entre os anos de 1960 passava por um processo de grandes conquistas por parte das classes populares, e para romper com esse processo é que temos o golpe militar em 1964.

João Goulart foi o último presidente antes do golpe, este era ouvidor da classe popular que reivindicava reformas salariais e agrárias, e frente a essa atenção do presidente aos trabalhadores, a classe de oposição e os militares se uniram para tirá-lo do poder, pois aos opositores era de interesse a subordinação da classe operária nas indústrias, a riqueza e o domínio, nesse sentido a burguesia utiliza de pretexto à ameaça comunista para pedir uma intervenção do governo norte americano no golpe militar no Brasil em 1964 (ARANHA, 2006)

Desde então, vivemos vinte anos de ditadura, em que a sociedade passa a viver várias fases de repressão que se difere quanto a sua intensidade e uso da violência com mandatos cassados e alguns exilados, funcionários destituídos de suas funções, a sociedade impedida de escolher seus representantes, os governos atuando por meio dos atos institucionais, bipartidarismo com a riqueza nas mãos de poucos, sindicatos sob censura, trabalhadores sem oportunidade de greves, e alguns sem condições no campo migram para a cidade resultando no acúmulo da população em estado de desigualdade e mais desemprego, enquanto o governo se interessava pela abertura ao capital estrangeiro sob domínio das multinacionais (MONROE, 1993).

No âmbito educacional não foi diferente, como em outros setores, a educação tornou-se possível vítima do autoritarismo, diante de reformas instauradas de baixo para cima e sem consulta por parte daqueles que compõem o processo educativo.

Escolas são invadidas pela polícia, professores e alunos presos ou exilados, espaços educativos sob observação do Serviço Nacional de Informações (SNI) do governo; Lei Suplicy nº 4464 de 1964 para acabar com os movimentos estudantis e impedimento da oportunidade de lutar por seus direitos tornando ilegal a União Nacional dos Estudantes que perpetuou clandestinamente, mas sob cenas de mortes e prisões, até que temos a instauração do Ato Institucional nº 5, delimitando a atuação de professores, alunos e funcionários, bem como definindo as possíveis punições.



Enfim, diante das respectivas pontuações, ressaltamos a importância do aprofundamento dos estudos para se compreender esse processo de explicita repressão à liberdade de expressão (MONROE, 1993).

Quando do golpe militar, a educação básica era regulamentada pela LDB de 1961, primeira política de orientação, citada inicialmente em 1934, e encaminhada apenas em 1948 para aprovação, nesse período dois grupos disputavam qual seria a filosofia a ser seguida pela LDB, tanto os estadistas de esquerda que defendiam o papel de educar somente pelo estado, e na oposição os liberais de direita, para estes a educação seria direito natural e não caberia ao Estado garanti-los ou negá-los, mas respeitá-los, para tal a educação seria dever e escolha da família, ao estado, caberia traçar as diretrizes e garantir o acesso aos pobres (bolsas). Foram 13 anos de debates, com predomínio dos ideais liberais e aprovação somente em 1961 pelo presidente João Goulart em 1961 (MONROE, 1993).

Em 1960 o Brasil era o único País da América Latina que tinha como ensino obrigatório apenas o primário, com quatro anos de duração, então era cobrado pelos fóruns internacionais, à expansão do respectivo ensino, conforme interesse do Manifesto de 1932 e também das camadas médias, pois havia grande demanda por mais vagas no ensino fundamental, assim o processo de redemocratização dos anos 50 segue sequência no período militar para uma maior Universalização pela lei nº 5.692/1971, concretizada mais tarde nos anos 90 pela lei 9394/96.

Ao contrário da política educacional anterior de 1961 em debate por 13 anos, a lei de reforma do ensino básico de 1971, foi imposta sem contar com a participação da sociedade popular e também de seus maiores interessados os professores, alunos e funcionários. Submetido ao Congresso Nacional para aprovação no regime da Constituição de 1969, impunha a aprovação em prazo máximo de quarenta dias, caso contrário seria validada automaticamente, o que aconteceu em poucas horas com a maioria dos progressistas, parte da Arena (Aliança Renovadora Nacional), para atender aos interesses do estado. (MONROE, 1993).

Para tal, a presente pesquisa pretende fazer a análise de como o governo implementou a reforma na educação básica a partir da análise a lei nº 5.692/1971, pelo qual houve a integração dos níveis de ensino, expandindo para oito anos o ensino



de 1º e 2º graus, o chamado primário e secundário, que para atender aos seus interesses eram dotados de um caráter conservador, reacionário e religioso, unindo o antigo primário e ginásio (MOREIRA, 1999)

A reforma na educação básica, trouxe mudanças também no que diz respeito ao currículo, com um núcleo comum obrigatório, houve a inclusão de duas disciplinas, como Educação moral e Cívica, Educação Física, Educação artística, Programas de Saúde e Religião com o fim da Filosofia e da Sociologia e no lugar de História e Geografia e Estudos Sociais no Ensino Fundamental, assim como a inclusão da OSPB (Organização Social e Política Brasileira) no Ensino Médio (UNIVESP, 2010).

Em contrapartida a opressão política, MONROE (1993), destaca que alguns professores como reação, utilizaram os espaços que tinham para de forma criativa tratar de outros temas que não os impostos pela lei normativa, indo ao encontro das mudanças culturais que os estudantes e suas famílias vivenciavam, com o rádio, a televisão, as novas relações entre as pessoas e as novas concepções de mundo, entre outros.

Jarbas Passarinho, ex ministro da Educação e Cultura durante o período de Reforma na ditadura, destacou que a lei nº 5.692/1971 tornava também o ensino secundário, todo ele profissionalizante, o que a Ditadura nunca conseguiu implantar totalmente, funcionando paralelamente os cursos profissionais e propedêuticos para outras etapas, já que não era de interesse da classe média ver seus filhos em fábricas, mas formados no ensino superior (UNIVESP, 2010).

A Reforma então acaba com os exames de admissão que selecionava aqueles que poderiam dar sequência no ginásio e então permanecer na escola, neste havia predomínio da educação tecnicista atendendo assim as necessidades da crescente industrialização, fruto da influência do capital estrangeiro, com uma concepção taylorista, típica da mentalidade tecnocrata que atendia a sociedade capitalista. Para tal, faremos a relação à nova reforma do Ensino Médio em 2017 a partir da lei nº13415/2017 quanto ao foco ao ensino profissionalizante como produto para atender as necessidades de mercado.

#### **4. CONCLUSÃO**



*A reflexão acerca do contexto das políticas de reformas educacionais para compreender a realidade social atual é fundamental.*

Ainda hoje, após a última reforma educacional a partir da lei nº 13415/2017 observamos a escola como objeto para atender aos interesses da sociedade, nesta o ensino médio novamente tem destaque em nível técnico para preparação do homem de modo a suprir as necessidades do mercado e da sociedade capitalista e burocrática.

Assim, com o objetivo de atrair a atenção para o tema, o trabalho apontará as marcas da Ditadura presentes na lei nº 5.692 de 1971 que apontam o controle e atendimento das necessidades do regime militar, refletindo sobre suas relações com os dias atuais.

A ditadura militar configurou no Brasil um período de grande transformação social, política, cultural e educacional, principalmente no último seguimento marcado por grandes lutas de resistência, rebatidas com intensa repressão no bojo do governo militar. Neste período a educação precisou adequar-se as mudanças ideológicas governamentais, as estruturas e espaços físicos, readequações de materiais, qualificação profissional e talvez o mais significativo, sofreu duras transformações quanto ao objetivo do processo educacional, apontado em nossa discussão.

O Brasil tem em sua história da trajetória educacional diversas fragilidades e dificuldades, ainda hoje presentes em nosso cenário atual, porém que vêm sendo combatidas nos últimos anos. Embora existam dispositivos legais que garantam a todos o acesso as diversas políticas públicas é fundamental mantermos o debate e o dialogo reflexivo quanto a efetiva aplicação destas políticas aos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.



BELTRÃO. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971.** Agência Senado. 2017. Acesso em: 22 Jul de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 20 de Jul., 2018. Lei 5.692 de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília – 2005. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 21 de Jul. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Acesso em: 21 de Jul. 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

MOREIRA, Roberta. **A Estrutura Didática da Educação Básica.** In: MENEZES, João Gualberto de Carvalho et al. *Estrutura e funcionamento da educação básica.* São Paulo: **Pioneira**, 1999.

MONROE, Paul. **História da Educação.** 6ª ed. São Paulo, Nacional, 1993.

MOYSÉS (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1o e 2o graus – leituras.** 18. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985. p. 79-92.